

Escritos sobre a Guerra Civil Americana

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Londrina/São Paulo: Aetia Editorial/Peleja, 2020. 340p.

Danilo Chaves Nakamura*¹

Os artigos jornalísticos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre os Estados Unidos da América são materiais importantíssimos no conjunto da obra da dupla. No entanto, esses artigos foram, até aqui, abordados de maneira bastante limitada pelos estudiosos e pela militância. Em *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*, Felipe V. da Silva e Muniz G. Ferreira oferecem aos leitores brasileiros a tradução de 52 de artigos em que Marx e Engels analisaram a Guerra Civil Americana (1861-1865). Para ajudar na contextualização e entendimento dos artigos publicados nos jornais *New York Daily Tribune*, *Die Presse* e *The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*, temos um prefácio escrito pelo cientista político August H. Nimtz; linhas do tempo da história da escravidão nos EUA e da Guerra Civil Americana; textos introdutórios para cada uma das seções do livro; apêndices com mensagens da Associação Internacional dos Trabalhadores para os presidentes Abraham Lincoln e Andrew Johnson e, por fim, dois posfácios. O primeiro, assinado por Felipe Silva, apresenta um panorama dos trabalhos jornalísticos de Marx desde a sua juventude. No segundo, Muniz Ferreira analisa a forma como Marx e Engels interpretaram os assuntos diplomáticos do século XIX.

* Professor da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo e da Arco escola-cooperativa. E-mail: danchaves.nakamura@gmail.com

Na primeira seção do livro temos quatro artigos que apresentam as teses centrais da explicação de Marx sobre o sentido histórico da Guerra Civil Americana. Em resumo, ao longo do século XIX, os escravistas do Sul utilizaram a União para favorecer a administração territorial baseada nas *plantations* e na utilização de mão de obra escrava. O Compromisso do Missouri de 1820, afirmava Marx, “empurrou a fronteira geográfica da escravidão para dentro dos territórios” (p.51). Na ocasião, a burguesia do Norte já esbravejava afirmando existir certa dominação do Sul na política federal, na medida em que o Congresso era formado a partir de uma divisão proporcional em relação ao número de residentes nos estados (vale lembrar que 3/5 dos escravos entravam nessa proporção, garantindo maior representatividade para os sulistas no Congresso). Em 1854, tivemos mais uma investida dos sulistas, o Ato Kansas-Nebraska que “transformou todos os territórios da república, presentes e futuros, de lavouras de estados livres em lavouras da escravidão” (p.52). Além disso, secretamente, representantes escravistas buscavam a reabertura do comércio escravista ultramarino. Em 1857, a decisão da Suprema Corte sobre o caso Dread Scott garantia “que cada um dos cidadãos americanos tinha o direito de levar consigo, não importasse aonde, toda peça de propriedade reconhecida pela Constituição. A Constituição reconheceu escravos como propriedade e ordenou ao governo da União que protegesse essa propriedade”. E, em relação à política externa, o Manifesto Ostend proclamava como política nacional a aquisição de Cuba, “por compra ou violência armada”. Nesse cenário de expansão dos territórios dominados pelos escravistas, surge o Partido Republicano, partido representante da burguesia industrialista do Norte e uma força política que nasceu para conter a ampliação da escravidão para além dos estados onde ela já existia legalmente. Devido à natureza expansionista da escravidão, a conflagração da guerra de secessão pelos estados confederados do Sul explicitava uma guerra entre dois sistemas sociais – o sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre.

Em caso de vitória do Sul, não teríamos uma dissolução da União, “mas sua *reorganização*, uma *reorganização sob os princípios da escravidão*, sob o controle manifesto da oligarquia escravista [...]. O sistema da escravidão teria empestado toda a União. Nos estados nortistas, onde a escravidão negra era quase impraticável, a classe trabalhadora branca seria rebaixada à condição de hilota” (p.64). Já no caso de vitória do Norte, os escravistas perderiam a hegemonia política no Congresso que até então vinha garantindo a expansão do sistema que defendiam. Confinada apenas nos estados do Sul, a escravidão definharia diante de uma agricultura que esgotava rapidamente o solo e de um cenário social em que a oligarquia de 300 mil escravistas se veria acuada pela pressão social dos *poor whites* que crescia devido à concentração de terras. Como sabemos, os unionistas do Norte venceram o conflito e, apesar das vacilações de Abraham Lincoln, a escravidão foi abolida.

Em 1867, no prefácio da primeira edição d’*O capital*, Marx escreveu que, assim como no século XVIII, a Independência dos EUA tocou o sino de alarme para a burguesia europeia e influenciou no curso das revoluções do velho con-

tinente; no século XIX, a Guerra Civil Americana tocou o sino de alarme para a classe operária e isso incidiria sobre o curso dos acontecimentos na Europa. Essa expectativa política já aparecia nos artigos escritos para o jornal norte-americano *New York Daily Tribune* e para o vienense *Die Presse*. Em *O comércio britânico de algodão*, Marx apontava que desde a eclosão do conflito, “os preços do algodão vêm crescendo progressivamente” (p.91). Com isso, a indústria inglesa entrava em apuros, pois o algodão americano não poderia ser facilmente substituído pelo indiano. Isto, por causa “[d]a falta de comunicação e transporte dentro do território indiano e [d]a situação miserável do camponês hindu, que o torna inapto para aproveitar tais circunstâncias favoráveis” (p.93). A crise no abastecimento de algodão e a desaceleração da produção nas fábricas atingiam em cheio a reprodução e manutenção da classe trabalhadora inglesa: diminuição de jornada de trabalho acompanhada de redução de salários e do fechamento de fábricas por tempo indeterminado. Marx duvidava da eficácia dessas medidas, pois elas expunham “os distritos industriais à mais completa calamidade social. E se o bloqueio americano continuar depois de janeiro? E aí?” (p.97).

Apesar da “miséria produzida pela paralisação das fábricas ou pela diminuição das horas de trabalho motivadas pelo bloqueio dos estados escravistas” (p.225), os trabalhadores ingleses não aceitavam a posição dos grandes jornais favoráveis a uma intervenção do governo inglês no conflito americano, principalmente após o caso *Trent* (apreensão de dois representantes confederados no navio britânico *Trent*). Marx cita uma série de manifestações em que a classe operária “eleva sua voz contra a intervenção e a favor dos Estados Unidos”. Em uma reunião operária em Londres foi aprovada uma moção que dizia: “Tendo em vista os esforços mal dissimulados do *Times* e outros jornais no sentido de induzir ao erro a opinião pública inglesa acerca dos assuntos americanos, desejando nos envolver, sob diversos pretextos, em uma guerra com milhões de nossos irmãos de sangue [...] a presente assembleia considera que é dever muito especial dos operários que não estão representados no Senado da nação declarar suas simpatias com os Estados Unidos em sua luta gigantesca pela preservação da União [...] manifestando nossa mais ardente simpatia pelos esforços dos abolicionistas em prol de uma solução definitiva dos escravos” (p.228).

Para além de explicitar o caráter “inacabado” da revolução americana, podemos dizer que os escritos sobre a Guerra Civil Americana abrem caminhos para ampliarmos uma série de debates importantes no interior da teoria crítica anticapitalista. Essa coletânea de artigos de Marx e Engels é um convite para pensarmos sobre a relação entre a formação da opinião pública e os interesses privados da grande imprensa; a *pressão exercida de fora* do sistema de representação política pela classe trabalhadora; o papel da escravidão no desenvolvimento do capitalismo e a relação íntima entre o trabalho assalariado e as formas de exploração que degradam a condição humana.